

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**GABINETE DA CONSELHEIRA SUBSTITUTA ANDREA SIQUEIRA**  
**MARTINS****VOTO GCS-2**

**PROCESSO:** TCE/RJ N° 101.387-5/18  
**ORIGEM:** COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ASSUNTO:** RELATÓRIO DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL CONVERTIDO EM TOMADA DE CONTAS *EX OFFICIO*

Em atenção ao princípio da conexão processual, de que trata o artigo 55, do Novo Código de Processo Civil, aplicável no âmbito desta Corte, nos termos do artigo 180 de seu Regimento Interno, será proferido um **ÚNICO VOTO** que abarcará a análise do presente feito, bem como daquele objeto do processo TCE/RJ nº 101.214-4/19, em apenso.

**RECURSOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IRREGULARIDADES APURADAS EM SEDE DE AUDITORIA. DECISÃO CONDENATÓRIA JÁ PROFERIDA. IMPUTAÇÃO DE DÉBITO. APLICAÇÃO DE MULTA. PENA DE INABILITAÇÃO. RECURSOS APRESENTADOS QUE VISAM INSTAURAR NOVA DISCUSSÃO ACERCA DO MÉRITO DO PROCESSO OU PROTELAR O REGULAR ANDAMENTO DO FEITO. VIA RECURSAL INADEQUADA. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DOS RECURSOS.**

**PROVIMENTO PARCIAL DE APENAS UM DOS EMBARGOS. INFORMAÇÕES INCORRETAS NO SCAP ACERCA DA CIÊNCIA DA RECORRENTE QUANTO À DECISÃO DESTA CORTE. RECURSO DE EMBARGOS ANTERIOR QUE DEVE SER CONHECIDO, EIS QUE PREENCHIDOS TODOS OS PRESSUPOSTOS DE ADMSSIBILIDADE. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE QUESTÕES ATINENTES AO MÉRITO DO PROCESSO. VIA RECURSAL INADEQUADA. MANUTENÇÃO DO *DECISUM* EMBARGADO. ENCAMINHAMENTO À**

**CPR PARA QUE CERTIFIQUE O TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO.**

Versam os autos sobre a Tomada de Contas Especial Ex Officio, decorrente da conversão de Auditoria Governamental realizada na Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro (Riotrilhos), no período de 29/06/2015 a 04/12/2015, com o objetivo de verificar a legalidade, legitimidade e economicidade no âmbito do Contrato de Concessão L4/98, decorrente do Edital de Licitação PED/ERJ nº 02/98.

Este procedimento originou-se do desmembramento do processo TCE-RJ n.º 103.971-2/16, e tem por finalidade examinar, exclusivamente, os Achados 1 (situações 1 a 4), 2 (situações 5 a 8) e 3 (situação 9) do relatório de auditoria autuado no processo original, concernentes ao pagamento indevido em face de medição de quantidades maiores do que aquelas efetivamente executadas e/ou de medição em desconformidade com as especificações contratadas, com prejuízo ao erário estadual; bem como pela medição em desacordo com os critérios pactuados, gerando pagamentos em duplicidade, e, ainda, pagamento de material entregue e não utilizado, devido à alteração do projeto executivo, além de manifestações adicionais.

Em Sessão de 23/06/2021, o Colendo Plenário decidiu, nos termos do voto de minha lavra, conforme a seguir transcrito:

**VOTO:**

*I. Pelo **NÃO CONHECIMENTO** do recurso de embargos de declaração oposto por Francisco Ubirajara Gonzales Fonseca, protocolizado sob o Documento TCE-RJ nº 25.123-3/20, por ausência de cabimento, mantendo-se a decisão de 24/06/2020;*

*II. Pela **RECEPÇÃO** do Documento TCE-RJ nºs 24.685-4/20 como razões complementares ao recurso de embargos de declaração objeto do Documento TCE-RJ nº 24.406-6/20, apresentado pela Sra. Isabel Pereira Teixeira;*

*III. Pelo **NÃO CONHECIMENTO** do recurso de embargos de declaração e de suas razões complementares opostos por Isabel Pereira Teixeira, protocolizados sob os Documentos*

TCE-RJ nºs 24.406-6/20 e 24.685-4/20, por ausência de tempestividade, mantendo-se a decisão de 24/06/2020;

**IV.** Pelo **CONHECIMENTO** do recurso de embargos de declaração oposto por Carmen de Paula Barroso Gazzaneo, protocolizado sob o Documento TCE-RJ nº 22.039-5/20, haja vista a presença dos requisitos de admissibilidade;

**V.** No mérito, pelo **NÃO PROVIMENTO** do recurso de embargos de declaração oposto por Carmen de Paula Barroso Gazzaneo, mantendo-se a decisão de 24/06/2020;

**VI.** Pelo **CONHECIMENTO** do recurso de embargos de declaração oposto por Concessionária Rio Barra S/A, protocolizado sob o Documento TCE-RJ nº 21.615-8/20, haja vista a presença dos requisitos de admissibilidade;

**VII.** No mérito, pelo **NÃO PROVIMENTO** do recurso de embargos de declaração oposto por Concessionária Rio Barra S/A, mantendo-se a decisão de 24/06/2020;

**VIII.** Pelo **CONHECIMENTO** do recurso de embargos de declaração oposto por Consórcio Construtor Rio Barra e Consórcio Linha 4 Sul, protocolizado sob o Documento TCE-RJ nº 21.612-6/20, haja vista a presença dos requisitos de admissibilidade;

**IX.** No mérito, o **NÃO PROVIMENTO** do recurso de embargos de declaração oposto por Consórcio Construtor Rio Barra e Consórcio Linha 4 Sul, mantendo-se a decisão de 24/06/2020;

**XII.** Pela **COMUNICAÇÃO**, com base no artigo 26, § 1º, do Regimento Interno, a Francisco Ubirajara Gonzales Fonseca, Isabel Pereira Teixeira, Carmen de Paula Barroso Gazzaneo, Concessionária Rio Barra S/A, Consórcio Construtor Rio Barra e Consórcio Linha 4 Sul, para que tomem ciência da decisão desta Corte;

**XIII.** Pela **RETIFICAÇÃO** dos Acórdãos nºs 884/2020, 886/2020, 887/2020, 888/2020, 890/2020 e 891/2020 atinentes às multas, de acordo com os valores constantes da tabela abaixo:

ÚLTIMO VOTO			RETIFICAÇÃO (Presente Instrução)
Responsável	Nº do ACÓRDÃO	Valor da Multa (UFIR-RJ)	Valor da Multa (UFIR-RJ)
Concessionária Rio Barra S.A.	882/2020	12.597.962,66	12.597.962,66
Consórcio Linha L4 Sul – CL4S	883/2020	3.970.329,13	3.970.329,13

<i>Luiz Reis Pinto Moreira</i>	<i>885/2020</i>	<i>2.851.922,94</i>	<i>2.851.922,94</i>
<i>Francisco de Assis Torres</i>	<i>889/2020</i>	<i>3.990.781,03</i>	<i>3.990.781,03</i>
<i>Consórcio Construtor Rio Barra – CCRB</i>	<i>884/2020</i>	<i>8.617.133,97</i>	<i>8.627.633,53</i>
<i>João Batista de Paula Junior</i>	<i>886/2020</i>	<i>1.222.175,89</i>	<i>1.138.858,08</i>
<i>Eduardo Peixoto d'Aguiar</i>	<i>887/2020</i>	<i>2.694.305,85</i>	<i>2.697.855,10</i>
<i>Marco Antônio Lima Rocha</i>	<i>888/2020</i>	<i>1.292.924,03</i>	<i>1.292.925,92</i>
<i>Bento José de Lima</i>	<i>890/2020</i>	<i>1.452.312,03</i>	<i>1.499.202,27</i>
<i>Heitor Lopes de Sousa Junior</i>	<i>891/2020</i>	<i>6.946.329,74</i>	<i>7.070.541,55</i>
<i>Francisco Ubirajara Gonzales Fonseca</i>	<i>892/2020</i>	<i>178.022,74</i>	<i>178.022,74</i>
<i>Carmem de Paula Barroso Gazzaneo</i>	<i>893/2020</i>	<i>84.122,77</i>	<i>84.122,77</i>
<i>Isabel Pereira Teixeira</i>	<i>894/2020</i>	<i>8.348,95</i>	<i>8.348,95</i>

**XIV.***Pela **RETIFICAÇÃO** das tabelas resumo constantes nos itens XI e XII do Voto de 19.12.2018, passando a ter a seguinte redação:*

*“XI - Pela **IMPUTAÇÃO DE DÉBITO**, mediante Acórdão, solidariamente, de acordo com os valores constantes da tabela abaixo, à Concessionária Rio Barra S.A., ao Consórcio Linha 4 Sul – (CL4S), ao Consórcio Construtor Rio Barra (CCRB), ao Sr. Heitor Lopes de Sousa Junior, ao Sr. Bento José de Lima, ao Sr. Francisco de Assis Torres, ao Sr. Marco Antônio Lima Rocha, ao Sr. João Batista de Paula Junior, ao Sr. Luiz Reis Pinto Moreira, ao Sr. Eduardo Peixoto d'Aguiar, ao Sr. Francisco Ubirajara Gonzales Fonseca, à Sra. Carmem de Paula Barroso Gazzaneo e à Sra. Isabel Pereira Teixeira, no valor total convertido em 419.932.088,52 UFIR-RJ, em face das*

*irregularidades verificadas na execução da obra de complementação da Linha 4 do Metrô transcritas nesse Voto, débito este a ser recolhido com recursos próprios ao Erário Estadual, no prazo de 30 (trinta) dias, devendo o responsável comprovar o recolhimento junto a esta Corte de Contas, ficando, desde já, determinada a COBRANÇA EXECUTIVA, inclusive a Expedição de Ofício ao Titular do Órgão competente para proceder à inscrição na dívida ativa, nos termos da Deliberação TCE-RJ nº 166/92, caso o débito não venha a ser recolhido no prazo legal;*

<i>Grupo</i>	<i>Responsáveis solidários</i>	<i>Dano (UFIR-RJ)</i>
<i>1</i>	<i>Concessionária Rio Barra S.A.</i>	<i>96.116.891,80</i>
	<i>Consórcio Linha L4 Sul – CL4S</i>	
	<i>Heitor Lopes de Sousa Junior</i>	
	<i>João Batista de Paula Junior</i>	
	<i>Marco Antônio Lima Rocha</i>	
	<i>Francisco de Assis Torres</i>	
<i>2</i>	<i>Concessionária Rio Barra S.A.</i>	<i>33.175.700,53</i>
	<i>Consórcio Linha L4 Sul – CL4S</i>	
	<i>Heitor Lopes de Sousa Junior</i>	
	<i>Luiz Reis Pinto Moreira</i>	
	<i>Marco Antônio Lima Rocha</i>	
	<i>Francisco de Assis Torres</i>	
<i>3</i>	<i>Concessionária Rio Barra S.A.</i>	<i>66.405.011,07</i>
	<i>Consórcio Construtor Rio Barra – CCRB</i>	
	<i>Bento José de Lima</i>	
	<i>Luiz Reis Pinto Moreira</i>	
	<i>Eduardo Peixoto d’Aguiar</i>	
	<i>Francisco de Assis Torres</i>	
<i>4</i>	<i>Concessionária Rio Barra S.A.</i>	<i>185.611.582,85</i>
	<i>Consórcio Construtor Rio Barra – CCRB</i>	
	<i>Heitor Lopes de Sousa Junior</i>	

	<i>Luiz Reis Pinto Moreira</i> <i>Eduardo Peixoto d'Aguilar</i> <i>Francisco de Assis Torres</i>	
5	<i>Concessionária Rio Barra S.A.</i> <i>Consórcio Construtor Rio Barra – CCRB</i> <i>Heitor Lopes de Sousa Junior</i> <i>João Batista de Paula Junior</i> <i>Eduardo Peixoto d'Aguilar</i> <i>Francisco de Assis Torres</i>	17.768.916,32
6	<i>Concessionária Rio Barra S.A.</i> <i>Consórcio Construtor Rio Barra – CCRB</i> <i>Bento José de Lima</i> <i>Heitor Lopes de Sousa Junior</i> <i>Francisco Ubirajara Gonzales Fonseca</i>	8.555.102,49
7	<i>Concessionária Rio Barra S.A.</i> <i>Consórcio Construtor Rio Barra – CCRB</i> <i>Heitor Lopes de Sousa Junior</i> <i>Carmem de Paula Barroso Gazzaneo</i> <i>Francisco Ubirajara Gonzales Fonseca</i>	8.412.276,81
8	<i>Concessionária Rio Barra S.A.</i> <i>Consórcio Construtor Rio Barra – CCRB</i> <i>Heitor Lopes de Sousa Junior</i> <i>Isabel Pereira Teixeira</i> <i>Francisco Ubirajara Gonzales Fonseca</i>	834.894,80
9	<i>Concessionária Rio Barra S.A.</i> <i>Consórcio Linha L4 Sul – CL4S</i>	3.051.711,86

Heitor Lopes de Sousa Junior	
TOTAL =	419.932.088,52

XII - Pela APLICAÇÃO DE MULTA, mediante Acórdão, à Concessionária Rio Barra S.A., ao Consórcio Linha 4 Sul (CL4S), ao Consórcio Construtor Rio Barra (CCRB), ao Sr. Heitor Lopes de Sousa Junior, ao Sr. Bento José de Lima, ao Sr. Francisco de Assis Torres, ao Sr. Marco Antônio Lima Rocha, ao Sr. João Batista de Paula Junior, ao Sr. Luiz Reis Pinto Moreira, ao Sr. Eduardo Peixoto d'Aguilar, ao Sr. Francisco Ubirajara Gonzales Fonseca, à Sra. Carmem de Paula Barroso Gazzaneo e à Sra. Isabel Pereira Teixeira, nos percentuais dos valores dos débitos que lhes foram imputados, consignados no quadro abaixo, com fulcro no art. 62 da Lei Complementar nº 63/90, multa esta a ser recolhida com recursos próprios ao erário estadual, no prazo de 30 (trinta) dias, devendo o responsável comprovar o recolhimento junto a esta Corte de Contas, ficando, desde já, determinada a COBRANÇA EXECUTIVA, inclusive a Expedição de Ofício ao Titular do Órgão competente para proceder à inscrição na dívida ativa, nos termos da Deliberação TCE-RJ nº 166/92, caso a multa não venha a ser recolhida no prazo legal.

Responsável solidários	DANO (UFIR-RJ)	Percentual da Multa	Valor da Multa (UFIR-RJ)
Luiz Reis Pinto Moreira	285.192.294,45	1%	2.851.922,94
João Batista de Paula Junior	113.885.808,12	1%	1.138.858,08
Eduardo Peixoto d'Aguilar	269.785.510,24	1%	2.697.855,10
Marco Antônio Lima Rocha	129.292.592,33	1%	1.292.925,92
Francisco de Assis Torres	399.078.102,56	1%	3.990.781,03
Bento José de Lima	74.960.113,56	2%	1.499.202,27
Heitor Lopes de Sousa Junior	353.527.077,45	2%	7.070.541,55
Concessionária Rio Barra S.A.	419.932.088,52	3%	12.597.962,66

<i>Consórcio Linha L4 Sul – CL4S</i>	<i>132.344.304,19</i>	<i>3%</i>	<i>3.970.329,13</i>
<i>Consórcio Construtor Rio Barra – CCRB</i>	<i>287.587.784,33</i>	<i>3%</i>	<i>8.627.633,53</i>
<i>Francisco Ubirajara Gonzales Fonseca</i>	<i>17.802.274,10</i>	<i>1%</i>	<i>178.022,74</i>
<i>Carmem de Paula Barroso Gazzaneo</i>	<i>8.412.276,81</i>	<i>1%</i>	<i>84.122,77</i>
<i>Isabel Pereira Teixeira</i>	<i>834.894,80</i>	<i>1%</i>	<i>8.348,95</i>

Em face dessa decisão, a Sra. Isabel Pereira Teixeira opôs recurso de embargos de declaração, protocolizado sob o documento TCE-RJ nº 22.362-2/21.

O Corpo Instrutivo, representado pela Coordenadoria de Análise de Consultas e Recursos (CAR), então, manifestou-se, nos termos do arquivo digital de 06/08/2021, sugerindo o **conhecimento e provimento parcial** do recurso, e pela comunicação à interessada.

Posteriormente, após a análise da instância instrutiva acima aludida, foram apresentados novos recursos. A Sra. Carmen de Paula Barroso Gazzaneo, a Concessionária Rio Barra S.A. e o Consórcio Linha 4 Sul e Consórcio Construtor Rio Barra, em conjunto, “Consórcios Construtores” opuseram recursos de embargos de declaração protocolizados, respectivamente, sob os documentos TCE-RJ nº 30.341-6/21, nº 30.392-5/21 e nº 30.431-7/21.

Os autos retornaram à análise da Especializada, que manifestou-se sugerindo o **conhecimento e não provimento** dos referidos embargos de declaração e pela **comunicação** aos interessados (arquivo digital de 11/08/2021).



Cumpre destacar que a CAR ratificou a instrução acostada aos autos em 06/08/2021, promovendo a inclusão das sugestões lá oferecidas nas conclusões de sua mais recente manifestação.

O *Parquet* de Contas, representado pelo Procurador Sergio Paulo de Abreu Martins Teixeira, corrobora a sugestão do Corpo Instrutivo, conforme parecer datado de 12/08/2021.

### **É o relatório.**

Antes de adentrar ao exame de mérito dos recursos de embargos opostos pela Sra. Isabel Pereira Teixeira, Sra. Carmen de Paula Barroso Gazzaneo, pela Concessionária Rio Barra S.A. e pelos Consórcios Construtores, cumpre salientar que o presente relatório de auditoria recebeu decisão definitiva em sessão de 19/12/2018, ocasião na qual o Colegiado desta Corte, por atestar a existência de diversas irregularidades referentes ao Contrato de Concessão L4/98, deliberou, dentre outras medidas, pela condenação em débito e aplicação de multa aos agentes que deram causa a tais inconformidades.

Em face dessa decisão, foram opostos recursos de embargos de declaração pela Concessionária Rio Barra S.A., pelo Consórcio Linha 4 Sul e Consórcio Construtor Rio Barra, e pelos Srs. Heitor Lopes de Souza Júnior, Bento José de Lima e Francisco Ubirajara G. Fonseca.

Em sessão de 25/09/2019, os aclaratórios opostos pelos responsáveis foram julgados pelo Colegiado desta Corte, no sentido do parcial provimento ao recurso oposto pela Concessionária Rio Barra S.A., para que fosse reconhecida a existência de mero erro material na decisão embargada.

Diante disso, a Sra. Isabel Pereira Teixeira, os Srs. Eduardo Peixoto D'Aguiar, Francisco de Assis Torres, João Batista de Paula Júnior, Luiz Reis Pinto Moreira e Marco Antônio de Lima Rocha, Sra. Carmen de Paula Barroso Gazzaneo, Sr. Bento José de Lima, Sr. Francisco Ubirajara Gonzales Fonseca,

Sr. Heitor Lopes de Souza Junior, e o Consórcio Linha 4 Sul, Consórcio Construtor Rio Barra e a Concessionária Rio Barra S.A. interpuseram recursos de reconsideração.

Tais recursos, distribuídos à minha relatoria, foram objeto de julgamento em sessão de 24/06/2020, sendo que nenhum expediente logrou êxito em reformar a decisão recorrida.

Nada obstante, naquela mesma ocasião, foi aprovada pelo Plenário a retificação dos valores imputados aos recorrentes a título de débito e multa, considerando a segmentação temporal do dano apurado em sede de auditoria, sendo relevante ressaltar que o montante total do débito não sofreu qualquer alteração.

Ultrapassado o julgamento dos recursos de reconsideração, os autos foram novamente levados à apreciação do Colegiado desta Corte, em sessão de 23/06/2021, tendo em vista o oferecimento de recursos de embargos de declaração pela Sra. Isabel Pereira Teixeira, Sra. Carmen de Paula Barroso Gazzaneo, Sr. Francisco Ubirajara Gonzales Fonseca, Concessionária Rio Barra S.A. e Consórcio Construtor Rio Barra e Consórcio Linha 4 Sul. Cumpre ressaltar que nenhum dos aclaratórios recebeu decisão favorável à pretensão de seus impetrantes.

O atual momento processual, portanto, analisará a **segunda interposição** de recursos de embargos pelos mesmos responsáveis acima, à exceção do Sr. Francisco Ubirajara Gonzales Fonseca, que não apresentou qualquer impugnação em face da decisão supra.

Cada expediente recursal terá sua análise realizada de forma individualizada, a fim de melhor sistematizar o presente voto.

**1. Do recurso de embargos de declaração oposto por Isabel Pereira Teixeira, documento nº 22.362-2/21.**

Em relação aos pressupostos de admissibilidade dos embargos, manifesto-me de acordo com o exame levado a efeito pela CAR, no sentido de que o recurso é tempestivo, cabível, e atende ao requisito da legitimidade, na medida em que interposto dentro do prazo legal, por responsável alcançado pela decisão, aduzindo a existência de vícios no *decisum* embargado.

Uma vez ultrapassado o juízo de admissibilidade do recurso, passo ao seu exame de mérito.

A Recorrente busca a integração da decisão, alegando, basicamente, que a Corte incorreu em erro ao não conhecer os aclaratórios anteriormente apresentados por intempestividade, especificamente, em face da data em que a aludida peça recursal foi protocolizada perante este Tribunal.

A embargante sustenta ter sido intimada do Acórdão referente à decisão plenária de 24/06/2020 no dia 17/08/2020. Com isso, aduz que o prazo de 30 (trinta) dias para o oferecimento dos aclaratórios se iniciou em 18/08/2020, de modo que seu término ocorreu em 16/09/2020. Dito isso, alega ter protocolizado o mencionado recurso de embargos (Doc. TCE/RJ nº 24.406-6/20) no dia 16/09/2020, e não no dia 17/09/2020, data que pautou a análise da decisão recorrida.

A Recorrente narra o seguinte:

A Embargante, conforme já se mencionou, foi intimada do Acórdão de 24.06.2020 no dia 17.08.2020, pelo que teve início o prazo de 30 (trinta) dias para oposição do recurso de embargos de declaração no dia 18.08.2020, vindo a terminar no dia **16.09.2020, último dia do prazo.**

Os embargos de declaração foram protocolados no dia 16.09.2020, consoante comprova o “Recibo de Protocolo TCE-RJ” (Doc. 01), protocolo esse confirmado por e-mail encaminhado pelo próprio do TCE (Doc. 02), do qual se destaca o seguinte trecho:

“TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comprovante de Entrega de Documentos ao Protocolo

Identificador: 032aa9d1-ec68-44b8-82c7-309e03fa344c

**Data: 16/09/2020 17:23**

• embargos de declaração decisão TCE r- Isabel Teixeira.” (negrito adotado)

Entretanto, o voto condutor da decisão ora embargada concluiu que o **protocolo** se deu no dia **17.09.2020**, pelas seguintes razões:

A embargante sustenta que a data de 17/09/2020 não pode ser considerada como data do protocolo do recurso, dado não subsistirem dúvidas acerca do fato de que a data correta seria o dia 16/09/2020, como procura comprovar. Desta forma, entende justificada a oposição dos embargos de declaração ora analisados.

Para comprovar o alegado, a embargante acosta aos autos a seguinte documentação:

## Recibo Protocolo TCE-RJ

Protocolo Público Eletrônico para não Jurisdicionados

Interessado: ISABEL PEREIRA TEIXEIRA

Número Protocolo: 032aa9d1-ec68-44b8-82c7-309e03fa344c

Enviado por: 951.697.177-68

Ato recebido com sucesso às 17:23 de 16 de setembro de 2020

Documento	
Protocolo Eletrônico <b>ⓘ Só são aceitos arquivos do tipo PDF de no máximo 20 Megabytes</b>	Enviado: 16/09/2020 17:20:31 Recibo: CC6DB278D527BBAB4F9F3BF0E2D102CE8F9AF4C24A11258349D564D94B8AEC03



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Comprovante de Entrega de Documentos ao Protocolo

Identificador: 032aa9d1-ec68-44b8-82c7-309e03fa344c

Data: 16/09/2020 17:23

• embargos de declaração decisão TCE r-	Isabel	Teixeira.pdf	-	id	sha256:
CC6DB278D527BBAB4F9F3BF0E2D102CE8F9AF4C24A11258349D564D94B8AEC03					
• EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Doc. 01 - Regimento	Interno	Rio	Trilhos.pdf	-	id
00C5EA342FEAF8F0DA6D8F7B5370C470D9AE2C4DB889079B5BE9B8C323593B00					sha256:
• EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Doc. 02 -	Medição	74*.pdf	-	id	sha256:
400E6139350168CD034807CBDA816A0F68AE52C6D8853693BBD058E5685D7A6B					
• EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Doc. 03 - Processo	E-10.002.1026.2015.pdf	-	id	sha256:	
BC7D0214E3583BDDCED08768847331FE40D2EC30EDFCF9F3CAE7A0108627DF0					
• EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Doc. 04 -	Medição	65*.pdf	-	id	sha256:
04CB5E9B534E75B5897B704F44B8DD6EFC4C4D78D075CA5C7F7BC6FD97B6CCA					
• EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Doc. 05 -	Medição	66*.pdf	-	id	sha256:
E89A634B62D293D692DCDA6102EE8D825B597C0CF52047DA20F487A852253537					
• EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Doc. 06 -	Medição	78*.pdf	-	id	sha256:
5C8D970EA78FD751F8BA06F12R41686F1304ACDBDE2048A9C0A2C35F88A266B2					

Em relação ao que sustenta a recorrente, é possível constatar que, efetivamente, a decisão recorrida pautou-se em premissa equivocada no que se refere à data de protocolo do recurso. A argumentação trazida aos autos pela recorrente, associada ao recibo de protocolo emitido por esta Corte, não deixa dúvidas de que, de fato, o recurso de embargos de declaração objeto do Doc. TCE/RJ nº 24.406-6/20 foi oferecido na data de 16/09/2020, e não em 17/09/2020, como consta do SCAP.

Por meio da análise do recibo de protocolo do TCE/RJ, acostado aos autos pela embargante, assim como da relação dos documentos apresentados no protocolo, é possível constatar que se trata, exatamente, da documentação juntada aos autos por meio dos embargos de declaração objeto do Doc. TCE/RJ nº 24.406-6/20.

Desta forma, a premissa equivocada na qual fundamentou-se a decisão de 23/06/21, ora identificada, enseja a excepcional concessão de efeitos infringentes aos presentes embargos de declaração. Disto resulta a necessidade de se promover, nesta oportunidade, nova análise acerca do requisito de admissibilidade da tempestividade dos embargos de declaração objeto do Doc. TCE/RJ nº 024.406-6/20, assim como empreender o exame de seu mérito.

Neste contexto, reputo pertinente colacionar excerto da manifestação da CAR, de 06/08/2021, que destacou acertadamente o seguinte:

*Deste modo, tendo em vista que a decisão proferida em 23/06/21 não conheceu dos Embargos de Declaração objeto do Doc. TCE/RJ nº 024.406-6/20 unicamente em razão da intempestividade, passaremos à análise deste ponto e, nesta oportunidade, reputamos que o recurso preenche o requisito de admissibilidade da tempestividade, uma vez que oposto em 16/09/2020, conforme comprova o recibo de protocolo do TCE/RJ acostado aos autos pela embargante na presente oportunidade, tendo a mesma sido cientificada da decisão em 17/08/2020 (Guia nº 1778/2020, conforme consta do SCAP), Ofício PRS/SSE/CSO 21866/2020.*

Como salienta a Instância Técnica, uma vez que a decisão proferida em 23/06/21 deixou de conhecer dos embargos de declaração objeto do Doc. TCE/RJ nº 024.406-6/20, exclusivamente, em razão da ausência de tempestividade, pelo que ora se constata, o mencionado recurso deve ser conhecido (exatamente por se revelar tempestivo), não subsistindo o motivo que impedia a análise de seu mérito.

Já em relação ao Doc. TCE/RJ nº 24.685-4/20, recepcionado na decisão plenária de 23/06/21 como razões complementares aos Embargos de Declaração objeto do Doc. TCE/RJ nº 024.406-6/20, entendo que a modificação da decisão anterior, decorrente da concessão de efeitos infringentes, não o alcança. Isto porque o aludido documento foi protocolado nesta Corte em 18/09/2020, ou seja, quando já ultrapassado, inequivocamente, o prazo recursal de que dispunha a interessada para recorrer. Deste modo, entendo que a peça autuada sob o Doc. TCE/RJ nº 24.685-4/20 mostra-se manifestamente intempestiva.

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, procedo ao exame do mérito do recurso de embargos de declaração consubstanciado no Doc. TCE/RJ nº 024.406-6/20. Ao fazê-lo, adoto a sistematização de argumentos empreendida pela CAR em sua manifestação de 06/08/2021, visto que abrangeu, adequadamente, os pontos suscitados pela recorrente nas razões apresentadas em seu recurso.

A Recorrente busca a integração e o esclarecimento da decisão plenária proferida em 24/06/2020, aduzindo, em síntese, que os vícios da decisão recorrida são de que o *decisum* teria sido obscuro, no que toca à menção de determinado dispositivo legal (art. 63, §1º, II, da Lei Federal 4.320/64), bem como teria apresentado omissão em relação à análise da alegação de que a embargante não tinha conhecimento da realização de projetos de adequação do projeto básico objeto do Contrato Casa Civil 23/2011.

Em relação a tais argumentos, é possível identificar que a recorrente procura reabrir discussão sobre pontos já enfrentados por esta Corte de Contas.

No que se refere ao vício de obscuridade apontado, é forçoso destacar que a obscuridade a ser combatida caracteriza-se pelo vício que torna a decisão proferida carente de clareza, de difícil interpretação ou até mesmo de interpretação equivocada.



Nesse contexto, os embargos de declaração se traduzem na espécie recursal manejada para se obter os necessários esclarecimentos e promover a correta compreensão do julgado atacado.

Em uma análise da decisão impugnada, notadamente no trecho reputado como obscuro, não se verifica o alegado vício. Trata-se de menção a dispositivo da legislação ordinária, suficientemente claro e integrado ao tema analisado, indicando a fundamentação do posicionamento então adotado.

Como bem aponta a CAR, em instrução de 06/08/2021, *in verbis*:

*A leitura integral da linha decisória adotada pelo julgador e, não apenas, do excerto destacado pela recorrente, revela a clareza e o encadeamento das ideias, direcionando à precisa compreensão dos elementos que levaram à formação da convicção, conforme pedimos vênia para destacar a seguir:*

*Quanto a esta alegação, cumpre apontar, em uma análise objetiva, que a recorrente atestou as medições 65P, 66P, 74P e 78P (vide Anexo 03 – FRM.CAO.03.001). Com isso, ensejou o pagamento por serviços que já haviam sido contemplados ou no item relativo ao Projeto Executivo (item IN.2.02) ou no Contrato n.º 23/2011 (celebrado entre a Casa Civil e o Consórcio Novo Rio). Sua atuação motivou, portanto, pagamento em duplicidade, razão pela qual resta evidente que a recorrente provocou o dano ao erário, passível de restituição, à luz do art.71, II, da CRFB/88.*

*A menção à estrutura hierárquica da Riotrilhos não tem o condão de afastar a responsabilidade da Sra. Isabel Pereira. Isto porque, uma vez designada para efetuar as medições e atestar os serviços, caberia à recorrente cumprir a tarefa prevista no art. 63, §1º, II, da Lei Federal 4.320/64. Ou seja, independente da atuação de outros setores ou de qualquer orientação diversa dos superiores hierárquicos, tinha o dever de glosar serviços que já haviam sido computados em outras rubricas ou contemplados em avença diversa.*

*Ademais, ao ser designada para proceder às aludidas medições, era atribuição da recorrente ter ciência, seja de todos os itens do projeto básico, seja de todos os contratos relacionados ao objeto medido. Tal incumbência, ressalta-se, veio a ser positivada no art.13, I, do Decreto Estadual 45.600/2016. Esta responsabilidade não pode ser afastada ou, de algum modo, relativizada, tanto pela disposição da estrutura*



*hierárquica da Riotrilhos, quanto por eventual atuação de outros setores administrativos.*

*Ademais, conforme bem aponta a CAR em sua manifestação, compete ao jurisdicionado deste Tribunal comprovar o bom e regular emprego das verbas públicas, nos termos dos art. 70 da CRFB/88, do art. 93, do Decreto-Lei nº 200/67, do art. 66 do Decreto Federal nº 93.872/86, do art.113 da Lei Federal nº 8.666/93 e, por derradeiro, conforme o Enunciado de Decisão n.º 176 do TCU<sup>1</sup>.*

*Dessa forma, manifesto-me pelo não provimento do recurso em relação a este ponto.*

Ademais, quanto ao pedido para que sejam prestados maiores esclarecimentos acerca do ponto, como pleiteado pela recorrente, parece, na verdade, perseguir a reabertura da discussão acerca do mérito. Isto não se mostra compatível com a via recursal ora utilizada, salientando-se já haver sido manejado, inclusive, recurso de reconsideração em fase anterior.

Em razão do exposto, deixo de acolher os argumentos acima mencionados.

No que se refere ao alegado vício de omissão da decisão impugnada, verifica-se que, a despeito do esforço argumentativo empreendido pela recorrente, o *decisum* não padece do vício por ela imputado.

Como bem destaca o Corpo Instrutivo, in verbis:

*A decisão analisou detidamente todas as questões abordadas. Especificamente no que toca à atuação da Sra. Isabel Pereira, foi pontuado o seguinte:*

*Além dos argumentos suscitados acima, a recorrente, no intuito de afastar a responsabilidade identificada por esta Corte de Contas, dedica-se, em seguida, a expor, especificamente no item VI do recurso, a estrutura hierárquica da Riotrilhos e, no item VII, as atribuições*

---

<sup>1</sup> Compete ao gestor comprovar a boa e regular aplicação dos recursos públicos, cabendo-lhe o ônus da prova.

*funcionais que lhe competiam na mencionada Companhia.*

*Dentre tais pontos, destacam-se as seguintes alegações:*

*“os funcionários da Riotrilhos estavam e estão sujeitos ao poder hierárquico dos diretores, que lhes definem as funções e respectivas atribuições e supervisionam seus trabalhos. Os principais deveres dos funcionários da Riotrilhos, como a Recorrente, são cumprir as atribuições de suas funções nos limites definidos pela diretoria e não praticar atos de indisciplina. A Recorrente como chefe da DICIV não tinha qualquer competência executiva, não participando da GESTÃO da Riotrilhos. Ao contrário, como técnica, sua função era apenas de supervisão das tarefas que cabiam à DICIV tratar e cumprir decisões gerenciais determinadas pela administração da Riotrilhos através da diretoria de engenharia”.*

*Com base nesta linha argumentativa, a Sra. Isabel Pereira assevera, no item VIII de seu recurso de reconsideração, que todas as irregularidades que lhe foram imputadas por esta Corte de Contas são estranhas às suas atribuições ordinárias. Quanto a este ponto, cumpre destacar o seguinte excerto do arrazoadado recursal:*

40. A Recorrente, como funcionária, não tem poder de gestão na RioTrilhos, nada decidindo ou opinando sobre a condução dos negócios sociais da RioTrilhos. **A DICIV é um órgão técnico interno da RioTrilhos** que cuida de questões de projetos de engenharia e arquitetura, sem ingerência sobre a gestão da Companhia. Não lhe cabe examinar a legalidade e legitimidade dos atos praticados pela RioTrilhos segundo decisão de sua administração. Compete-lhe, sim e tão somente, o acompanhamento de projetos fiscalizados ou empreendidos pela RioTrilhos nos termos definidos pela direção daquela empresa, conforme o escopo de sua atuação delimitado no Manual de Organização da RioTrilhos

44. Em resumo, **a mensuração dos serviços de adaptação e consolidação do projeto básico da Linha 4/98 não foi uma providência tomada por iniciativa da Recorrente. Ao contrário, foi uma tarefa desempenhada no estrito cumprimento de suas funções, tal como definido na estrutura organizacional da RioTrilhos e especialmente, pela diretoria de engenharia.**

48. O documento acima deixa claro que a Recorrente está apenas atestando que os serviços medidos, e apresentados pela Concessionária Rio Barra, estão de acordo com o instrumento contratual da Linha 4/98, tal como vigente na data em que o atestado foi dado. Nada atesta sobre a escrituração na planilha orçamentária ou preço de serviços.

52. A participação técnica da DICIV, chefiada temporariamente pela Recorrente, integra um fluxo de acompanhamento de tarefas e se formaliza através da aprovação das Folhas de Resumo de Medição para a liberação da obra ou da recusa do projeto para que atenda as exigências efetuadas. Após a manifestação da DICIV, as Folhas de Resumo de Medição dos serviços atestados seguem para o exame de outros departamentos da RioTrilhos com relação a fiscalização e aprovação de custos dos serviços prestados, quantidades e valores e subsequente classificação e escrituração nas contas apropriadas do orçamento da obra.

60. A Recorrente desconhece integralmente que a DICIV tenha certificado medições de serviços de adequação e consolidação do projeto básico prestados no âmbito do Contrato Casa Civil nº 23/2011. De qualquer forma, não o fez enquanto a Recorrente exerceu a chefia daquele departamento.

61. Se é que houve medição em duplicidade, quem deve responder por ela é a direção da RioTrilhos e não a Recorrente, que não determinava quais os serviços deveriam ser executados pela DICIV.

64. Em suma, há um indício de que pode ter havido medição de serviços em duplicidade em função de objetos contratuais sobrepostos, **mas não há nenhuma prova de que tal ocorreu**. Não há, igualmente, sequer um indício robusto e coerente, que pelas circunstâncias do caso, apontasse para a forte plausibilidade de ter ocorrido a medição em dobro do mesmo serviço por parte do DICIV na época em que era chefiado pela Recorrente.

65. Cabia ao Corpo Instrutivo demonstrar que houve medição em duplicidade de um mesmo serviço por culpa da Recorrente enquanto chefe da DICIV. **Tal prova não foi produzida.**

*Quanto a esta alegação, cumpre apontar, em uma análise objetiva, que a recorrente atestou as medições 65P, 66P, 74P e 78P (vide Anexo 03 – FRM.CAO.03.001). Com isso, ensejou o pagamento por serviços que já haviam sido contemplados ou no item relativo ao Projeto Executivo (item IN.2.02) ou no Contrato n.º 23/2011 (celebrado entre a Casa Civil e o Consórcio Novo Rio). Sua atuação motivou, portanto, pagamento em duplicidade, razão pela qual resta evidente que a recorrente provocou o dano ao erário, passível de restituição, à luz do art.71, II, da CRFB/88.*

*A menção à estrutura hierárquica da RioTrilhos não tem o condão de afastar a responsabilidade da Sra. Isabel Pereira. Isto porque, uma vez designada para efetuar as medições e atestar os serviços, caberia à recorrente cumprir a tarefa prevista no art. 63, §1º, II, da Lei Federal 4.320/64. Ou seja, independente da atuação de outros setores ou de qualquer*

*orientação diversa dos superiores hierárquicos, tinha o dever de glosar serviços que já haviam sido computados em outras rubricas ou contemplados em avença diversa.*

*(...)*

*Por fim, especificamente no item VIII-D de seu recurso, a jurisdicionada sustenta que apenas tinha efetuado medições classificadas no item IN.2.02, não tendo atestado “nenhum resumo de serviço que estivesse alocado para a IN 2.08, não obstante não ser atribuição da DICIV determinar os serviços a serem prestados pela Concessionária Rio Barra, através do CCRB, nem avaliar e determinar em qual rubrica da planilha orçamentária este ou aquele serviço deveria ser escriturado”.*

*Em relação a tal alegação, cumpre esclarecer que – mais importante do que o código especificado do item – a discriminação dos serviços constante do documento colacionado aos autos pela própria recorrente enquadra-se no previsto no item IN.2.08 – Adequação e Consolidação do Projeto Básico. Tal fato, por si só, ratifica a conclusão exposta por este Corpo Instrutivo na medição 74P, constante do Anexo 03 – FRM.CAO.03.001, no bojo do processo de auditoria.*

A partir da análise dos autos, afirma-se na decisão embargada que “a recorrente atestou as medições 65P, 66P, 74P e 78P”, de modo a se concluir que “sua atuação motivou, portanto, pagamento em duplicidade, razão pela qual resta evidente que a recorrente provocou o dano ao erário, passível de restituição, à luz do art.71, II, da CRFB/88”.

Em se tratando de omissão, a CAR aponta, ainda, precedente do TCU<sup>2</sup> no sentido de que:

*A omissão ensejadora dos embargos declaratórios é a lacuna condizente com a conclusão do julgado, não a que se refere aos argumentos das partes que podem ser rejeitados implicitamente. O órgão julgador, para expressar sua convicção, não está obrigado a aduzir comentários a respeito de todos os argumentos levantados pelas partes, quando decidir a causa com fundamentos capazes de sustentar sua conclusão.*

---

<sup>2</sup> Acórdão TCU nº 2653/2009 – Plenário. Ministro Relator: AUGUSTO NARDES.

Por fim, convém ressaltar que a via dos aclaratórios não deve ser utilizada como instrumento para se alcançar fim não previsto em lei, qual seja, o de reabertura da discussão de mérito. Neste ponto, considero pertinente colacionar excerto da manifestação da CAR, que traz precedentes que corroboram tal posição:

*(...) convém ressaltar que a espécie recursal apreciada (Embargos de Declaração) não deve ser utilizada como meio para o alcance de fim não permitido em lei, qual seja, o revolvimento do mérito, o qual deve ser objeto de espécie recursal própria, conforme remansosa jurisprudência do TCU, abaixo colacionada:*

*Acórdão 117/2018 Segunda Câmara (Embargos de Declaração, Relator Ministra Ana Arraes) Direito Processual. Embargos de declaração. Abrangência. Contradição. Cabimento. Omissão. A apreciação de embargos declaratórios no TCU observa os seguintes critérios: (i) não se prestam para rediscussão do mérito nem para reavaliação dos fundamentos que conduziram à prolação do acórdão recorrido; (ii) a contradição deve estar contida nos termos do inteiro teor da deliberação atacada; (iii) não há omissão quando a matéria é analisada na instrução da unidade técnica que consta do relatório e integra as razões de decidir do relator; (iv) o julgador não está obrigado a apreciar todos os argumentos da parte, sendo suficiente que se atenha àqueles bastantes à formação de sua convicção acerca da matéria; e (v) eventual erro de julgamento deve ser corrigido por outra via recursal própria.*

*É esta também a orientação do STJ, consoante se depreende do seguinte aresto:*

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. ART. 97 DO CTN.**

*1. A mera interpretação, pelo órgão fracionário do Tribunal, de legislação federal frente a princípios da Constituição Federal não ofende o princípio da reserva de plenário.*

*2. Não cabem embargos de declaração contra suposto erro de julgamento.*

3. *Suposto equívoco quanto ao conhecimento do recurso especial caracteriza erro de julgamento, irreparável pela via dos aclaratórios.*

4. *É imprópria a via dos embargos de declaração quando a pretensão dos embargantes é exclusivamente infringente, vale dizer, de rediscussão da causa.*

5. *Embargos de declaração acolhidos em parte, sem efeitos modificativos.*

*(EDcl no REsp 930.515/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/10/2007, DJ 18/10/2007, p. 338)*

Deste modo, após análise, não vislumbro, nos argumentos recursais apresentados, fundamentos aptos a infirmar a decisão vergastada, razão pela qual **nego provimento ao recurso de embargos de declaração** ora em comento.

## **2. Do recurso de embargos de declaração oposto pela Concessionária Rio Barra S.A., documento nº 30.392-5/21**

Inicialmente, quanto à análise acerca dos requisitos de admissibilidade do recurso, manifesto minha concordância com o exame levado a efeito pela CAR, no sentido de que o expediente em tela atende aos pressupostos de cabimento e legitimidade, na medida em que interposto por pessoa alcançada pela decisão de 23/06/2021, e aduzem à existência de omissão e de contradição naquele *decisum*.

Quanto ao requisito da tempestividade, o Corpo Técnico assinala que o recurso foi interposto em 06/08/2021, antes mesmo do início da contagem do prazo para interposição de recursos, na medida em que a sua ciência acerca da decisão de 23/06/2021 ocorreu em 12/08/2021, segundo informações do Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos – SCAP.

Nesse caso, aplica-se a norma prevista no artigo 218, §4º, do Código de Processo Civil, c/c artigo 180 do Regimento Interno, de modo que se consideram como tempestivos os atos processuais praticados antes do termo inicial do prazo.

Uma vez constatada a presença de todos os pressupostos de admissibilidade dos aclaratórios, passo ao seu exame de mérito.

A recorrente aduz, *in verbis*:

*5. Ocorre que a decisão proferida em 23/06/2021 recaiu em contradição e obscuridade, a qual tem o condão de causar grave insegurança jurídica nas partes. Além do fato de o Tribunal ter determinado a retificação dos valores aplicados a título de multa, sem que fosse dada às partes a oportunidade de se manifestar, determinou-se ainda que a cobrança dos valores fosse feita com base em deliberação revogada há mais de cinco anos.*

*(...)*

*8. Conforme mencionado no início dessa petição, a decisão embargada, ao retificar os valores impostos aos jurisdicionados sem prévia oitiva das partes – o que, por si só, não observa o princípio do contraditório e da ampla defesa -, determinou a cobrança executiva dos valores supostamente devidos nos termos da Deliberação TCE/RJ nº 166/92. Configura-se, a título ilustrativo, o item XIV do voto (fls. 74/75)*

*(...)*

*9. Entretanto, há uma contradição e uma obscuridade do voto nesse ponto, visto que a Deliberação TCE/RJ 166/92 foi revogada no ano de 2016 pela Deliberação TCE/RJ 267/2016. Essa informação, inclusive, está disponível no site do Tribunal.*

*10. Há, ainda, um novo componente: a edição da Deliberação nº 315/20, de 18 de agosto de 2020, que adicionou diversos dispositivos na Deliberação TCE/RJ 267/2016, os quais são mais gravosos aos jurisdicionados. Um exemplo é o art. 4º-A, que inovou ao permitir o protesto dos acórdãos condenatórios proferidos por essa Corte de Contas:*

*“Art. 4º-A O Tribunal de Contas reconhece como meio eficiente e econômico de cobrança o protesto dos Acórdãos condenatórios em débito e multa, inscritos ou não em dívida ativa, consoante o disposto no art. 1º, caput e parágrafo único,*



da Lei no 9.492/97” (Acrescentado pela Deliberação nº 315/20 – DORJ 18.08.20).

11. Como se depreende, existe uma nítida sucessão de normas no tempo, a qual pode levar a interpretações divergentes: (i) ultratividade da Deliberação TCE/RJ 166/92, de modo a alcançar processos iniciados sob a sua vigência – como é o caso da auditoria nas obras da Linha 42 ; (ii) aplicação imediata da Deliberação TCE/RJ 267/2016 aos processos em vigor, mas em sua redação original, com o consequente afastamento das alterações promovidas pela Deliberação TCE/RJ 315/20, eis que editada após a decisão que julgou as contas irregulares; (iii) aplicação imediata da Deliberação TCE/RJ 267/2016, com as alterações promovidas pela Deliberação TCE/RJ 315/20.

12. Destaca-se que contribui para o cenário de manifesta insegurança jurídica o fato de que foram proferidas decisões conflitantes nesse mesmo processo. Isso porque, conquanto a decisão embargada tenha determinado a aplicação da Deliberação TCE/RJ 166/92, a decisão proferida em 25.09.2019, ao acolher embargos de declaração opostos pela CRB, determinou que fosse aplicada a Deliberação TCE/RJ 267/2016:

(...)

As razões apresentadas em sede recursal pela Concessionária Rio Barra S.A. discutem, em síntese, duas questões: (i) a retificação do valor da multa aplicada à embargante, de ofício; e (ii) a existência de contradição em relação à menção da Deliberação nº 166/92 no item XIV do voto.

Em relação aos argumentos alvitados pela recorrente, deve-se destacar que a retificação dos valores referentes ao débito imputado aos recorrentes, e, consequentemente, da multa, foram levados a efeito na decisão de 24/06/2020, a qual cuidou de analisar os recursos de reconsideração interpostos pelos agentes interessados nestes autos.

Cumprasse assinalar, desta forma, que aquela decisão, ao abordar a necessidade de retificação, transcreveu o item XI do voto proferido em 25/09/2019, em sua redação original, nos seguintes termos:



*II – Pela RETIFICAÇÃO dos valores imputados, e das multas correlatas, deliberadas respectivamente nos itens XI e XII **do Voto de 19.12.2018**, passando a ter a seguinte redação:*

*“XI - Pela IMPUTAÇÃO DE DÉBITO, mediante Acórdão, solidariamente, de acordo com os valores individuais constantes da tabela abaixo, à Concessionária Rio Barra S.A., ao Consórcio Linha 4 Sul – (CL4S), ao Consórcio Construtor Rio Barra (CCRB), ao Sr. Heitor Lopes de Sousa Junior, ao Sr. Bento José de Lima, ao Sr. Francisco de Assis Torres, ao Sr. Marco Antônio Lima Rocha, ao Sr. João Batista de Paula Junior, ao Sr. Luiz Reis Pinto Moreira, ao Sr. Eduardo Peixoto d’Aguiar, ao Sr. Francisco Ubirajara Gonzales Fonseca, à Sra. Carmem de Paula Barroso Gazzaneo e à Sra. Isabel Pereira Teixeira, no valor total convertido em 419.932.088,52 UFIR-RJ, em face das irregularidades verificadas na execução da obra de complementação da Linha 4 do Metrô transcritas nesse Voto, débito este a ser recolhido com recursos próprios ao Erário Estadual, no prazo de 30 (trinta) dias, devendo o responsável comprovar o recolhimento junto a esta Corte de Contas, ficando, desde já, autorizada a COBRANÇA EXECUTIVA, inclusive a Expedição de Ofício ao Titular do Órgão competente para proceder à inscrição na dívida ativa, nos termos da Deliberação TCE-RJ nº 166/92, caso o débito não venha a ser recolhido no prazo legal;*

Saliente-se, por oportuno, que o Corpo Técnico, representado pela 2ª CAO, verificou a existência de mero erro material em relação a seis acórdãos, todos relativos à multa aplicada ao Consórcio Construtor Rio Barra, bem como aos Srs. João Batista de Paula Júnior, Eduardo Peixoto de Aguiar, Marco Antônio Lima Rocha, Bento José de Lima e Heitor Lopes de Souza Júnior, de modo que tais Acórdãos foram também retificados na última decisão proferida no processo.

Observa-se, contudo, que a última retificação não abrangeu o Acórdão relativo à Concessionária Rio Barra S.A.

Nada obstante, como bem menciona a embargante, a menção à Deliberação TCERJ nº 166/92 foi posteriormente corrigida, mediante, inclusive,

o **provimento parcial de seu próprio recurso de embargos** (documento nº 9.067-2/19), em sessão de 25/09/2019, *in verbis*:

*I. Pelo CONHECIMENTO dos Embargos de Declaração opostos pela Concessionária Rio Barra S.A., por meio do Documento TCE-RJ nº 9.067-2/19, por reputar satisfeitos os seus pressupostos de admissibilidade, e, quanto ao mérito, pelo seu PARCIAL PROVIMENTO, a fim de corrigir o erro material constante dos itens XI e XII da Decisão Plenária de 19/12/2018, exclusivamente, para que passem a fazer referência à Deliberação TCE-RJ nº 267/16, mantendo-se os demais itens pelos seus próprios fundamentos;*

Do cenário acima exposto, é possível extrair a existência de **preclusão** consumativa em relação à impugnação da retificação dos valores imputados à embargante a título de multa, visto que, somente após a interposição de seu segundo recurso de embargos, é que pretende a recorrente rediscutir a correção proposta na decisão de 24/06/2020.

A Concessionária Rio Barra S.A., em nenhum momento, apresentou qualquer linha argumentativa em relação à retificação aqui discutida quando da interposição dos embargos autuados sob o nº 21.615-8/20, os quais foram apreciados na última decisão proferida nestes autos.

A despeito do reconhecimento de preclusão, o que obstaría a instauração de discussão sobre tema no qual a parte, evidentemente, teve oportunidade de se manifestar sobre a questão, verifico que a CAR procedeu ao exame de tais alegações. Desta forma, reputo conveniente transcrever excerto da manifestação do Corpo Técnico, que aborda com propriedade a questão:

*As alegações iniciais apresentadas pelo recorrente, anunciadas sob a pecha de contradição e obscuridade, na verdade procuram evidenciar a ocorrência de nulidade no presente feito, decorrente de possível violação ao princípio do devido processo legal e seus consectários contrário e ampla defesa, o que não se verifica.*

*Conforme se constata a partir dos elementos dos autos, houve unicamente a correção de erro material concernente ao valor expresso em moeda decorrente da aplicação do percentual fixado a título de multa sobre o valor do dano, conforme revela a tabela abaixo:*

ÚLTIMO VOTO					RETIFICAÇÃO	
Responsável	DANO (UFIR-RJ)	Percentual da Multa	Valor da Multa (UFIR-RJ)	Nº do ACÓRDÃO	DANO (UFIR-RJ)	Valor da Multa (UFIR-RJ)
Concessionária Rio Barra S.A.	419.932.088,52	3%	12.597.962,66	882/2020	419.932.088,52	12.597.962,66
Consórcio Linha L4 Sul – CL4S	132.344.304,19	3%	3.970.329,13	883/2020	132.344.304,19	3.970.329,13
Luiz Reis Pinto Moreira	285.192.294,45	1%	2.851.922,94	885/2020	285.192.294,45	2.851.922,94
Francisco de Assis Torres	399.078.102,56	1%	3.990.781,03	889/2020	399.078.102,56	3.990.781,03
Consórcio Construtor Rio Barra – CCRB	287.237.799,12	3%	8.617.133,97	884/2020	287.587.784,33	8.627.633,53
João Batista de Paula Junior	122.217.588,85	1%	1.222.175,89	886/2020	113.885.808,12	1.138.858,08
Eduardo Peixoto d'Aguaiar	269.430.584,84	1%	2.694.305,85	887/2020	269.785.510,24	2.697.855,10
Marco Antônio Lima Rocha	129.292.402,64	1%	1.292.924,03	888/2020	129.292.592,33	1.292.925,92
Bento José de Lima	72.615.601,71	2%	1.452.312,03	890/2020	74.960.113,56	1.499.202,27
Heitor Lopes de Sousa Junior	347.316.486,81	2%	6.946.329,74	891/2020	353.527.077,45	7.070.541,55
Francisco Ubirajara Gonzales Fonseca	17.802.274,10	1%	178.022,74	892/2020	17.802.274,10	178.022,74
Carmem de Paula Barroso Gazzaneo	8.412.276,81	1%	84.122,77	893/2020	8.412.276,81	84.122,77
Isabel Pereira Teixeira	834.894,80	1%	8.348,95	894/2020	834.894,80	8.348,95

*Conforme consta da última decisão e, por meio da qual esta Corte promoveu a retificação mencionada, “Importante salientar que, nos termos do artigo 494 do Código de Processo Civil, aplicável a esta Corte de forma subsidiária, nos termos do artigo 180 do Regimento Interno, as decisões podem ser corrigidas de ofício pelo julgador, quando constatado mero erro material. Nesse sentido, conforme norma insculpida no artigo 494 da legislação processual, in verbis:*

*Art. 494. Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la:*

*I - para corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, inexactidões materiais ou erros de cálculo;*

*II - por meio de embargos de declaração”.*

*Além disso, a correção do erro material indicado na tabela acima não ocasionou qualquer prejuízo ao recorrente, na medida em que este Tribunal não estabeleceu metodologia diversa para o sancionamento, tampouco modificou o valor total do dano imputado.*

*Desta forma, afastamos a preliminar apresentada pelo recorrente.*

Nada obstante, entendo ser pertinente destacar as considerações apresentadas pelo Corpo Técnico na decisão de 24/06/2020, quando da proposta de retificação dos valores, porquanto são capazes de demonstrar que a correção realizada não trouxe qualquer prejuízo à recorrente:

**Nesse sentido, é importante salientar que o débito total apurado pelo Corpo Técnico desta Corte é da ordem de 447.835.114,97 UFIR-RJ.** Desse total, o Colegiado desta Corte imputou aos responsáveis, nestes autos, o montante de 420.160.232,31 UFIR-RJ, o que corresponderia ao dano decorrente das medições realizadas até o fim da auditoria, ou seja, até outubro de 2015.

Entretanto, na instrução do processo de n.º 105.109.7-17, a 2ª CAO verificou que o valor correto correspondente ao dano oriundo das medições que ocorreram até outubro de 2015 seria, em verdade, equivalente a 419.932.088,52 UFIR-RJ, enquanto que os valores devidos em decorrência das medições irregulares realizadas após a conclusão da auditoria seriam da ordem de 27.903.026,44 UFIR-RJ.

**Importante notar que o valor total do débito não sofreu qualquer alteração, e se mantém equivalente a 447.835.114,97 UFIR-RJ, de modo que a única divergência apontada pelo Corpo Técnico reside na mera segmentação temporal do dano, tendo como marco a conclusão da auditoria no mês de outubro de 2015.**

Por fim, no tocante à segunda linha de argumentos apresentada pela embargante, é possível concluir, sem maiores esforços interpretativos, que o item XI por ela mencionado, referente à imputação de débito, foi copiado, em sua redação original, da decisão de 19/12/2018, conforme **expressamente destacado**:

*II – Pela RETIFICAÇÃO dos valores imputados, e das multas correlatas, deliberadas respectivamente nos itens XI e XII **do Voto de 19.12.2018**, passando a ter a seguinte redação:*

*“XI - Pela IMPUTAÇÃO DE DÉBITO, (...)”*

Nos termos da decisão de 25/09/2019, verificou-se que a redação do item XI, referente à imputação de débito, continha um erro material, o que foi corrigido mediante a interposição de recurso de embargos pela própria embargante.

Nota-se, desta forma, que a Concessionária Rio Barra S.A. poderia constatar, de plano, que o item II da decisão de 24/06/2020 meramente transcreveu a redação original do item 19/12/2018, considerando que a própria correção foi por ela solicitada e atendida, de acordo com o julgamento de sua peça recursal em 25/09/2019.

É indene de dúvidas, portanto, que a norma aplicável à cobrança do débito e multa é a Deliberação TCE-RJ nº 267/2020, conforme evidenciado na decisão de 25/09/2019, sendo observadas as alterações promovidas pela Deliberação nº 315/2020, **visto que a fase procedimental relativa à cobrança sequer teve início.**

Quanto a este ponto, concordo com o Corpo Técnico no sentido de que o exame da matéria deve levar em consideração os **princípios da boa-fé e da lealdade processuais.**

Nesse sentido, destaco excerto de sua manifestação, *in verbis*:

*Passando à alegação de erro material na decisão embargada (menção, na parte dispositiva, à Deliberação TCE/RJ nº 166/92, atualmente revogada pela Deliberação TCE/RJ nº 267/2020), consideramos que a questão merece ser analisada não apenas a partir das alegações trazidas aos autos pelo recorrente, mas também sob o prisma da boa-fé.*

*Nos parece perene de dúvidas que a menção à Deliberação TCE/RJ nº 166/92, revogada pela Deliberação TCE/RJ nº 267/2020, analisada isoladamente como pretende o embargante, levaria à conclusão da ocorrência do erro material na decisão.*

*Porém, nestes autos, em oportunidade anterior, esta Corte já havia reconhecido a ocorrência de erro material idêntico (ocorrido na decisão proferida em 19/12/2018), por apontamento oriundo de Embargos de Declaração (Doc. TCE/RJ nº 9.067-2/19) opostos pela própria embargante!*

*Inclusive, nos Embargos de Declaração ora analisados, a recorrente confere destaque quanto a este ponto, que pedimos vênha para destacar a seguir:*

*(...)*

*Além disso, resta evidente para qualquer pessoa imbuída de boa-fé, que a menção à Deliberação TCE/RJ nº 166/92, constante da última decisão proferida, tratou-se unicamente de reprodução de trecho retirado da primeira decisão, de 19/12/2018, já tendo sido objeto de correção no curso de feito, conforme decisão proferida em 25/09/2019.*

*Deste modo, as alegações apresentadas pelo recorrente revelam o nítido interesse de postergar as etapas posteriores do presente feito, retardando seu trânsito em julgado, valendo-se, para tanto, de artifícios ilícitos, tal como os embargos de declaração protelatórios.*

*Além de não ocasionar qualquer prejuízo à recorrente a menção à Deliberação TCE/RJ nº 166/92, a Deliberação TCE/RJ nº 315/2020, também mencionada pelo embargante, promoveu alterações na Deliberação TCE/RJ nº 267/2020 inerentes à fase de acompanhamento dos processos especiais de cobrança executiva e a atuação da Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas – PGT.*

*Deste modo, também não vislumbramos qualquer prejuízo ao recorrente, considerando que, em razão das peças recursais examinadas nesta informação, esta Corte ainda não adotou o trâmite relativo à cobrança judicial dos débitos imputados e das multas impostas na decisão recorrida.*

*A nosso entender, o comportamento processual do recorrente, no contexto em que verificado, viola o dever processual da boa-fé, eis que no intuito de desconstituir decisões regulares proferidas por esta Corte e que já eram de seu conhecimento há anos, com a intenção de desvencilhar-se de possível cobrança do débito imputado, solidariamente, e da multa.*

*A boa-fé objetiva processual é prevista no Código de Processo Civil, em seu art. 5º1, sendo hipótese de aplicação subsidiária*

*aos processos submetidos a esta Corte, por força do art. 180, do Regimento Interno.*

*Desta sorte, a boa-fé objetiva deve ser apurada tendo-se como norte um padrão geral de conduta, pautado por valores superiores e inerentes a todo ser humano, tais como honestidade e lealdade.*

*Não por outra razão, o CPC instituiu valores norteadores dos comportamentos processuais, os quais deveriam ser naturalmente buscados pelas partes; porém, na hipótese de sua inobservância, cabe ao julgador se valer da possibilidade de sanção pela má-fé processual.*

*Diante do exposto, verificamos que a conduta do recorrente conflita com os deveres previstos no art. 77, incisos I, II, III e IV, do CPC:*

*Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:*

*I - expor os fatos em juízo conforme a verdade;*

*II - não formular pretensão ou de apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento;*

*III - não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito;*

*IV - cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação;*

*Em seguida, prevê o art. 80, do CPC, que “considera-se litigante de má-fé aquele que (...) V - opuser resistência injustificada ao andamento do processo; V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo; VI - provocar incidente manifestamente infundado; VII - interpor recurso com intuito manifestamente protelatório”.*

*Por fim, especificamente quanto à oposição de embargos de declaração protelatórios, o art. 1.026, §2º, do CPC<sup>3</sup> prevê a possibilidade de condenação do embargante em multa.*

---

<sup>3</sup> Art. 1.026. Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.

§ 2º Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa.



*Portanto, inegável que a interposição de recursos protelatórios disfarça verdadeiro ato ilícito, seja em razão do descompasso com os preceitos do CPC acima mencionados, seja, de outro lado, porque o exercício do direito de recorrer nesse caso excede manifestamente os limites impostos pela boa-fé, na esteira do que reza o art. 187 do Código Civil Brasileiro.*

*A incidência dos preceitos dispostos nesta observação parece ter relevância para o caso em tela, posto que o recorrente apresentou recurso de embargos de declaração em que tão-somente reprisa tese já admitida por esta Corte de Contas.*

*Como já denota toda a fundamentação acima aduzida, esse tipo de conduta evidencia a não só ausência de boa-fé do jurisdicionado, mas também com os custos de tramitação de processos administrativo e, mais importante que tudo isso, o desrespeito ao trabalho desenvolvido por esta Corte de Contas com a eternização de demandas administrativas há muito definitivamente decididas, a indicar que a deslealdade processual deve ser reprimida veementemente por esta Casa de Contas.*

*Tendo isso em vista, será incorporada em nossa sugestão conclusiva comunicação ao recorrente, dando-lhe ciência acerca da necessária observância aos deveres processuais e possível incidência de sanção em caso de reiteração de semelhante comportamento.*

Diante do exposto, acolho os termos e fundamentos apresentados pela CAR em sua manifestação técnica para **negar provimento ao recurso de embargos de declaração** opostos pela Concessionária Rio Barra S.A.

Nada obstante, entendo ser necessário, mais uma vez, alertar a embargante de que, em **reverência ao princípio da boa-fé processual, o direito de recorrer não pode servir de instrumento para procrastinar a regular marcha processual dos administrativos em trâmite neste Tribunal, de modo que a interposição de recurso com efeito meramente protelatório constitui conduta atentatória ao dever de lealdade e boa-fé processual, o que pode ensejar a aplicação de sanção, nos termos do artigo 81, §1º do Código de Processo Civil, aplicável a esta Corte, por força do artigo 180 do Regimento Interno.**



**3. Do recurso de embargos de declaração oposto pelo Consórcio Linha 4 Sul e Consórcio Rio Barra – Consórcios Construtores, documento nº 30.431-7/21.**

Em relação aos pressupostos de admissibilidade dos embargos, manifesto-me de acordo com o exame levado a efeito pela CAR, no sentido de que o recurso é tempestivo, cabível, e atende ao requisito da legitimidade, na medida em que apresentado dentro do prazo legal, por responsável alcançado pela decisão, aduzindo a existência de erro material no *decisum* embargado.

Uma vez ultrapassado o juízo de admissibilidade do recurso, passo ao seu exame de mérito.

Em síntese, o Consórcio Construtor apresenta argumentos semelhantes aos apresentados pela Concessionária Rio Barra S.A., no sentido da existência de erro quando à menção da Deliberação TCERJ nº 166/92, na decisão recorrida.

Nesse sentido, os embargantes destacam, *in verbis*:

*5. Ocorre que a mais recente r. decisão padece de erro material que merece ser sanado mediante estes embargos de declaração.*

*6. Verifica-se que a r. decisão imputou débito e condenou os CONSÓRCIOS CONSTRUTORES e demais responsáveis ao pagamento de multa, inclusive autorizando o início da cobrança executiva dos valores tidos como devidos, “nos termos da Deliberação TCE-RJ n. 166/92”, conforme denotam os trechos abaixo colacionados:*

*XIV. Pela RETIFICAÇÃO das tabelas resumo constantes nos itens XI e XII do Voto de 19.12.2018, passando a ter a seguinte redação:*

*“XI - Pela IMPUTAÇÃO DE DÉBITO, mediante Acórdão, solidariamente, de acordo com os valores constantes da tabela abaixo, à Concessionária Rio Barra S.A., ao Consórcio Linha 4 Sul – (CL4S), ao Consórcio Construtor Rio Barra (CCRB), ao*

*Sr. Heitor Lopes de Sousa Junior, ao Sr. Bento José de Lima, ao Sr. Francisco de Assis Torres, ao Sr. Marco Antônio Lima Rocha, ao Sr. João Batista de Paula Junior, ao Sr. Luiz Reis Pinto Moreira, ao Sr. Eduardo Peixoto d'Aguilar, ao Sr. Francisco Ubirajara Gonzales Fonseca, à Sra. Carmem de Paula Barroso Gazzaneo e à Sra. Isabel Pereira Teixeira, no valor total convertido em 419.932.088,52 UFIR-RJ, em face das irregularidades verificadas na execução da obra de complementação da Linha 4 do Metrô transcritas nesse Voto, débito este a ser recolhido com recursos próprios ao Erário Estadual, no prazo de 30 (trinta) dias, devendo o responsável comprovar o recolhimento junto a esta Corte de Contas, ficando, desde já, determinada a COBRANÇA EXECUTIVA, inclusive a Expedição de Ofício ao Titular do Órgão competente para proceder à inscrição na dívida ativa, nos termos da Deliberação TCE-RJ nº 166/92, caso o débito não venha a ser recolhido no prazo legal; (...)*

*XII - Pela APLICAÇÃO DE MULTA, mediante Acórdão, à Concessionária Rio Barra S.A., ao Consórcio Linha 4 Sul (CL4S), ao Consórcio Construtor Rio Barra (CCRB), ao Sr. Heitor Lopes de Sousa Junior, ao Sr. Bento José de Lima, ao Sr. Francisco de Assis Torres, ao Sr. Marco Antônio Lima Rocha, ao Sr. João Batista de Paula Junior, ao Sr. Luiz Reis Pinto Moreira, ao Sr. Eduardo Peixoto d'Aguilar, ao Sr. Francisco Ubirajara Gonzales Fonseca, à Sra. Carmem de Paula Barroso Gazzaneo e à Sra. Isabel Pereira Teixeira, nos percentuais dos valores dos débitos que lhes foram imputados, consignados no quadro abaixo, com fulcro no art. 62 da Lei Complementar nº 63/90, multa esta a ser recolhida com recursos próprios ao erário estadual, no prazo de 30 (trinta) dias, devendo o responsável comprovar o recolhimento junto a esta Corte de Contas, ficando, desde já, determinada a COBRANÇA EXECUTIVA, inclusive a Expedição de Ofício ao Titular do Órgão competente para proceder à inscrição na dívida ativa, nos termos da Deliberação TCE-RJ nº 166/92, caso a multa não venha a ser recolhida no prazo legal.*

*7. Ocorre que a Deliberação TCE-RJ nº 166/1992 encontra-se revogada, conforme determinação expressa da Deliberação TCE-RJ nº 267/2016, que a substituiu. Veja-se excerto da nova Deliberação: Art. 7º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e, em especial, a Deliberação 166, de 10 de dezembro de 1992, e, nas partes colidentes, o Ato Normativo nº 12, de 20 de maio de 1986. (grifou-se)*

*8. Frise-se que o TCE/RJ já havia reconhecido ter se equivocado quanto à incidência da Deliberação TCE-RJ nº 166/1992 em decisão proferida nestes autos na sessão de julgamento de 25/09/2019. Na oportunidade, o TCE/RJ reconheceu a inaplicabilidade da Deliberação revogada, retificando o dispositivo para que passasse a fazer menção à Deliberação TCE-RJ nº 267/2016, nos termos abaixo:*

Em relação ao tema, entendo que a questão foi devidamente abordada neste voto quando do exame das razões de embargos apresentadas pela Concessionária Rio Barra S.A.

Quanto a este ponto, mais uma vez ressalto que a questão não demanda esforço interpretativo para sua compreensão, considerando ser possível constatar, do próprio texto da redação do item XIV, que a referência aos itens XI e XII foram copiados da decisão de 19/12/2018, conforme se verifica a seguir:

*XIV. Pela RETIFICAÇÃO das tabelas resumo constantes nos itens XI e XII do Voto de 19.12.2018, passando a ter a seguinte redação: (...)*

Importante ressaltar que esta Corte não imputou às embargantes nova condenação em débito ou multa, mas apenas retificou os valores constantes da tabela-resumo dos itens XI e XII da decisão de 19/12/2018.

Ademais, não há que se falar em qualquer prejuízo aos recorrentes, na medida em que a fase de cobrança dos valores a título de débito e multa sequer teve início.

Nesse sentido, e a fim de que os embargantes não tenham dúvidas acerca do deslinde da questão, reporto-me, no que for cabível, às considerações lançadas quando da análise das razões recursais apresentadas pela Concessionária Rio Barra S.A.

Nada obstante, considerando o dever de boa-fé e lealdade processuais, entendo ser pertinente alertar ao jurisdicionado de que, **em**

**reverência ao princípio da boa-fé processual, o direito de recorrer não pode servir de instrumento para procrastinar a regular marcha processual dos administrativos em trâmite neste Tribunal, de modo que a interposição de recurso com efeito meramente protelatório constitui conduta atentatória ao dever de lealdade e boa-fé processual, o que pode ensejar a aplicação de sanção, nos termos do artigo 81, §1º do Código de Processo Civil, aplicável a esta Corte, por força do artigo 180 do Regimento Interno.**

**4. Do recurso de embargos de declaração oposto por Carmen de Paula Barroso Gazzaneo, documento nº 30.341-6/21.**

Inicialmente, procedo à análise do recurso interposto pelo exame dos requisitos de admissibilidade. Neste ponto, manifesto minha concordância com o exame levado a efeito pela CAR no sentido de que o recurso atende aos pressupostos de cabimento, legitimidade e tempestividade. Isso porque os aclaratórios foram opostos dentro do prazo legal, por responsável alcançada pela decisão embargada, e aduzem a existência de vícios naquele *decisum*.

Com isso, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos na Lei Orgânica e no Regimento Interno desta Corte, o recurso deve ser conhecido.

Superado o juízo de admissibilidade do recurso, passo ao exame do mérito.

A Recorrente busca a integração e o esclarecimento da decisão aduzindo, basicamente, argumentos relativos a pontos já enfrentados por esta Corte.

A interessada alega que, no exame da defesa da embargante e na elaboração do voto, esta Corte teria se limitado a tecer comparações com a

conduta de uma outra responsável apontada no processo, *“eximindo-se de adentrar as especificidades das alegações trazidas pela Embargante”*.

Por outro lado, aduz que a Corte teria sido omissa no tocante ao exame do elemento subjetivo das condutas da embargante, e se limitado a *“repetir que foram examinados itens das planilhas de prestação de serviços, vindo posteriormente a desqualificar a atuação profissional da Embargante, sem trazer quaisquer comentários sobre seu elemento subjetivo”*. A Corte teria, com isso, deixado de considerar a responsabilidade da embargante, seu cuidado na prestação dos serviços, bem como o fato de que os parâmetros de exame utilizados na medição foram *“determinados por decisões superiores externas à sua atuação”*.

A Recorrente se insurge, ainda, contra a alegada *“ausência de análise das circunstâncias exculpantes da responsabilização da Embargante com base na concretude da execução do contrato, os fatos e acontecimentos ligados a Situação 3 do Achado 1, conforme pretensão sancionatória desta C. Contas”*.

Relata que a imputação abrange modificações no projeto básico das obras do escopo contratual custeadas com recursos orçamentários referentes ao item IN 2.02 (projeto executivo — fase A — Código IN 2.02.01), o que teria levado a prejuízos em desfavor do Estado. A partir disso, alega que esta Corte teria ignorado o fato de que *“tais acontecimento (sic) são oriundos de modificações contratuais sem qualquer relação com a atuação profissional da Embargante”*.

Sustenta que a Corte teria se limitado a afirmar que a Embargante procedeu à atestação *“das medições 32P a 38P, 42P a 48P, 56P, 57P, 59P e 61P”*. A recorrente admite que realmente ocorreram as ditas atestações e, logo em seguida, pleiteia que o Tribunal busque a *“realidade dos fatos”*, colacionando precedente do Superior Tribunal de Justiça relativo à *“obtenção da verdade real no âmbito dos processos administrativos”* e menciona

Resolução do Tribunal de Contas da União que trata da “*verdade material*” em seus julgados.

Por fim, alega omissão e obscuridade no tocante à análise acerca do pagamento em duplicidade dos serviços.

Ao proceder à análise das razões recursais apresentadas pela interessada, identifico que o manejo dos presentes aclaratórios tem o exclusivo intuito de **reinstaurar discussão de mérito sobre pontos já enfrentados por esta Corte.**

Nesse contexto, cumpre esclarecer que o objetivo da espécie recursal manejada não é o de proporcionar novo julgamento da questão posta nos autos, mas, tão somente, o de esclarecer, interpretar ou completar o pronunciamento anteriormente emitido, em benefício de sua compreensão ou inteireza, conforme precedente do TCU apontado pelo Corpo Instrutivo<sup>4</sup>.

A CAR aponta ainda outros julgados sobre o tema, *in verbis*:

*Recentemente, o Tribunal de Contas da União voltou a entender da forma acima consignada. É o que encontramos na ementa dos seguintes Acórdãos, veiculados nos Boletins de Jurisprudência nº 169 e 204 daquela Corte (Sessões de 18 e 19 de abril de 2017 e de 23 e 24 de janeiro de 2018, respectivamente – destaques nossos):*

*Acórdão 2249/2017 Primeira Câmara (Embargos de Declaração, Relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer) Direito Processual. Embargos de declaração. Abrangência. Mérito. Os embargos de declaração não se constituem em figura recursal adequada à rediscussão do mérito de questões anteriormente examinadas, devendo o responsável inconformado valer-se do recurso adequado para provocar a reapreciação da matéria.*

*Acórdão 117/2018 Segunda Câmara (Embargos de Declaração, Relator Ministra Ana Arraes) Direito Processual. Embargos de declaração. Abrangência. Contradição. Cabimento. Omissão. A apreciação de embargos declaratórios no TCU observa os seguintes critérios: (i) não se prestam para rediscussão do mérito nem para reavaliação dos fundamentos que conduziram à prolação do acórdão recorrido; (ii) a contradição deve estar contida nos termos do inteiro teor da deliberação*

---

<sup>4</sup> TCU AC-1532-11/14-2, Rel. Ministro Benjamin Zymler.

*atacada; (iii) não há omissão quando a matéria é analisada na instrução da unidade técnica que consta do relatório e integra as razões de decidir do relator; (iv) o julgador não está obrigado a apreciar todos os argumentos da parte, sendo suficiente que se atenha àqueles bastantes à formação de sua convicção acerca da matéria; e (v) eventual erro de julgamento deve ser corrigido por outra via recursal própria.*

*É esta também a orientação do STJ, consoante se depreende do seguinte aresto:*

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. ART. 97 DO CTN.*

*1. A mera interpretação, pelo órgão fracionário do Tribunal, de legislação federal frente a princípios da Constituição Federal não ofende o princípio da reserva de plenário.*

*2. Não cabem embargos de declaração contra suposto erro de julgamento.*

*3. Suposto equívoco quanto ao conhecimento do recurso especial caracteriza erro de julgamento, irreparável pela via dos aclaratórios.*

*4. É imprópria a via dos embargos de declaração quando a pretensão dos embargantes é exclusivamente infringente, vale dizer, de rediscussão da causa.*

*5. Embargos de declaração acolhidos em parte, sem efeitos modificativos.*

*(EDcl no REsp 930.515/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/10/2007, DJ 18/10/2007, p. 338)*

Mais do que procurar reabrir a discussão sobre pontos já enfrentados por esta Corte, a postura da recorrente revela manifesto intuito protelatório, sobretudo ao se considerar que, nas razões apresentadas nesta oportunidade, a única alteração promovida pela recorrente foi a inclusão de poucas menções à decisão mais recente. Causa perplexidade o fato de que todo o mais foi mantido, conforme pode ser aferido no cotejo entre o teor dos aclaratórios ora analisados e o do Doc. TCE/RJ nº 22.039-5/2020.

Com isso, a análise dos pontos aduzidos pela recorrente nos presentes aclaratórios já ocorreu quando do julgamento dos primeiros



embargos de declaração. Em que pese a irresignação da jurisdicionada, a decisão plenária de 23/06/2021 cuidou dos pontos ora suscitados, de modo que **nego provimento ao recurso ora em análise**.

Neste contexto, a postura da recorrente, ao apresentar os presentes aclaratórios, depois de já ter oferecido recurso da mesma espécie (e com a reiteração de argumentos), enseja a necessidade de se promover um alerta acerca do manejo de embargos de declaração com caráter manifestamente protelatório.

Como bem salienta a CAR, o comportamento processual da recorrente, consoante já salientado anteriormente, no contexto em que verificado, viola o dever processual da boa-fé. Quanto ao ponto, reputo pertinente colacionar excerto da manifestação da Instância Técnica que bem abordou o tema:

*A boa-fé objetiva processual é prevista no Código de Processo Civil, em seu art. 5º5, sendo hipótese de aplicação subsidiária aos processos submetidos a esta Corte, por força do art. 180, do Regimento Interno.*

*Desta sorte, a boa-fé objetiva deve ser apurada tendo-se como norte um padrão geral de conduta, pautado por valores superiores e inerentes a todo ser humano, tais como honestidade e lealdade.*

*Não por outra razão, o CPC instituiu valores norteadores dos comportamentos processuais, os quais deveriam ser naturalmente buscados pelas partes; porém, na hipótese de sua inobservância, cabe ao julgador se valer da possibilidade de sanção pela má-fé processual.*

*Diante do exposto, verificamos que a conduta do recorrente conflita com os deveres previstos no art. 77, incisos I, II, III e IV, do CPC:*

*Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:*

*I - expor os fatos em juízo conforme a verdade;*

*II - não formular pretensão ou de apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento;*

---

<sup>5</sup> Art. 5º Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.



*III - não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito;*

*IV - cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação;*

*Em seguida, prevê o art. 80, do CPC, que “considera-se litigante de má-fé aquele que (...) V - opuser resistência injustificada ao andamento do processo; V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo; VI - provocar incidente manifestamente infundado; VII - interpor recurso com intuito manifestamente protelatório”.*

*Por fim, especificamente quanto à oposição de embargos de declaração protelatórios, o art. 1.026, §2º, do CPC6 prevê a possibilidade de condenação do embargante em multa.*

Não há outra conclusão a não ser a de que **a interposição de recursos protelatórios consubstancia verdadeiro ato ilícito**, seja em razão do descompasso com os preceitos do CPC acima mencionados, seja, de outro lado, porque o exercício do direito de recorrer nesse caso excede manifestamente os limites impostos pela boa-fé, na esteira do que reza o art. 187 do Código Civil Brasileiro.

A incidência dos preceitos dispostos nesta observação parece ter relevância para o caso em tela, vez que a recorrente apresentou recurso de embargos de declaração em que tão somente repisa argumentos já analisados - e rechaçados - por esta Corte de Contas.

Como denota toda a fundamentação acima aduzida, esse tipo de conduta evidencia, não só ausência de boa-fé do jurisdicionado, mas também falta de consideração com os custos de tramitação de processos administrativos e, mais importante, o desrespeito ao trabalho desenvolvido por esta Corte de Contas com a eternização de demandas administrativas há muito

---

<sup>6</sup> Art. 1.026. Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.

§ 2º Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa.

definitivamente decididas, a indicar que a deslealdade processual deve ser reprimida por esta Casa de Contas.

Desta forma, reitero que, em reverência ao princípio da boa-fé processual, o direito de recorrer não pode servir de instrumento para procrastinar a regular marcha processual dos administrativos em trâmite neste Tribunal, de modo que a interposição de recurso com efeito meramente protelatório constitui conduta atentatória ao dever de lealdade e boa-fé processual, o que pode ensejar a aplicação de sanção, nos termos do artigo 81, §1º do Código de Processo Civil, aplicável a esta Corte, por força do artigo 180 do Regimento Interno.

Diante de todo o exposto, posiciono-me **DE ACORDO** com o Corpo Instrutivo e com o *Parquet* de Contas, e:

#### **VOTO:**

I. Pelo **CONHECIMENTO** do recurso de embargos de declaração interposto pela Sra. Isabel Pereira Teixeira, protocolizado sob o documento TCE-RJ nº **22.362-2/21**, por estarem presentes seus requisitos de admissibilidade;

II. No mérito, pelo **PROVIMENTO PARCIAL** dos embargos protocolizados sob o nº **22.362-2/21**, conferindo-lhes efeitos infringentes e modificando a decisão plenária de 23/06/2021, item III, no seguinte sentido:

II.1. Pelo **CONHECIMENTO** do recurso de embargos de declaração oposto pela Sra. Isabel Pereira Teixeira,

protocolizado sob o documento TCE-RJ nº **24.406-6/2020**, por estarem presentes seus requisitos de admissibilidade;

**II.2.** No mérito, o **NÃO PROVIMENTO**, em face da ausência do vício apontado pela recorrente, mantendo-se a decisão plenária de 24/06/2020;

**III.** Pela **COMUNICAÇÃO**, com base no artigo 26, § 1º do Regimento Interno desta Corte, à Sra. Isabel Pereira Teixeira, e aos seus **representantes legais**, para que tomem ciência da decisão e para que a recorrente recolha o débito imputado e a multa imposta na decisão plenária e Acórdãos correlatos, **no prazo de dez dias**, contados do recebimento da comunicação, na forma do artigo 93-B do Regimento Interno, com redação dada pela Deliberação TCE-RJ n.º 294/2018;

**IV.** Pelo **CONHECIMENTO** dos recursos de embargos de declaração opostos pela **Sra. Carmen de Paula Barroso Gazzaneo**, pela **Concessionária Rio Barra S.A.** e pelo **Consórcio Linha 4 Sul e Consórcio Construtor Rio Barra**, em conjunto, “Consórcios Construtores”, protocolizados, respectivamente, sob os documentos TCE-RJ nº **30.341-6/21**, nº **30.392-5/21** e nº **30.431-7/21**, por estarem presentes seus requisitos de admissibilidade;

**V.** No mérito, pelo **NÃO PROVIMENTO** dos embargos de Declaração protocolizados sob os documentos TCE-RJ nº **30.341-6/21**, nº **30.392-5/21** e nº **30.431-7/21**, mantendo-se a decisão plenária de 23/06/2021;

**VI. Pela COMUNICAÇÃO**, com base no artigo 26, § 1º do Regimento Interno desta Corte, à Sra. Carmen de Paula Barroso Gazzaneo, à Concessionária Rio Barra S.A. e ao Consórcio Linha 4 Sul e Consórcio Construtor Rio Barra, em conjunto, “Consórcios Construtores”, e aos seus **representantes legais**, para que tomem ciência da decisão e para que recolham o débito imputado e as multas impostas na decisão plenária e Acórdãos correlatos, **no prazo de dez dias**, contados do recebimento da comunicação, na forma do artigo 93-B do Regimento Interno, com redação dada pela Deliberação TCE-RJ n.º 294/2018, o alerta de que, **em reverência ao princípio da boa-fé processual, o direito de recorrer não pode servir de instrumento para procrastinar a regular marcha processual dos administrativos em trâmite neste Tribunal, de modo que a interposição de recurso com efeito meramente protelatório constitui conduta atentatória ao dever de lealdade e boa-fé processual, o que pode ensejar a aplicação de sanção, nos termos do artigo 81, §1º do Código de Processo Civil, aplicável a esta Corte, por força do artigo 180 do Regimento Interno;**

**VII. Pelo ENCAMINHAMENTO** do feito à Coordenadoria Setorial de Prazos e Diligências – CPR para que certifique o trânsito em julgado da presente decisão.

GCS-2,

**ANDREA SIQUEIRA MARTINS  
CONSELHEIRA SUBSTITUTA**